



Da resistência à transição agroecológica no assentamento 72, Ladário/MS: uma história de luta

From Resistance to agroecological transition in Settlement 72, Ladário City, Mato Grosso do Sul, Brazil: a History of Struggle

CUNHA, Elisângela de Souza¹; COSTA, Edgar Aparecido da¹; CUYATE, Rozilene¹, SILVA, Beatriz Lima de Paula¹; FEIDEN, Alberto².

¹Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, elisangelasouzacunha@gmail.com; edgarac10@gmail.com; rozi_rz@hotmail.com; beatriz.paula@ufms.br; ²Embrapa Pantanal, Corumbá, MS, alberto.feiden@embrapa.br;

Resumo: A reforma agrária tem sido uma das formas de recriação do campesinato no Brasil. Entre “ganhar” a terra e permanecer nela existe um enorme abismo. São muitas carências, com destaque para a ausência ou deficiência da assistência técnica, o elevado custo da produção e os riscos na hora da comercialização. A agroecologia tem sido uma das alternativas para baratear o custo de produção e melhorar a alimentação das famílias. Os chamados circuitos curtos agroalimentares, como as feiras livres, representam boas possibilidades de venda dos produtos camponeses. O objetivo deste trabalho é descrever e discutir as dificuldades enfrentadas pelos camponeses para permanência no campo e a agroecologia como alternativa, tendo como estudo de caso um lote de assentamento rural, na fronteira do Brasil com a Bolívia. A entrevista com uma família camponesa foi o principal procedimento metodológico adotado. O empoderamento camponês e as parcerias institucionais em torno de projetos de pesquisa são capazes de produzir importante sinergia na implantação de processos de transição agroecológica e de melhoria da qualidade de vida.

Palavras-chave: Agricultura camponesa, Agroecologia, Empoderamento.

Abstract: Agrarian reform has been one of the forms of reproducing the peasantry in Brazil. Between “winning” the land and staying in it there is a huge chasm. There are many shortcomings, with emphasis on the absence or deficiency of technical assistance, the high cost of production and the risks at the time of commercialization. Agroecology has been one of the alternatives to lower the cost of production and improve the feeding of families. The agrifood short circuits, such as free fairs, represent good possibilities of selling peasant products. The aim of this work is to describe and discuss the difficulties faced by peasants to stay in the field and agroecology as an alternative, having case study a rural settlement plot, on the border of Brazil and Bolivia. The interview with a peasant family was the main methodological procedure adopted. Peasant empowerment and institutional partnerships around research projects are capable of producing important synergies in the implementation of processes of agroecological transition and improvement of the quality of life.

Keywords: Peasant agriculture, Agroecology, Empowerment.



Introdução

A agricultura camponesa tradicional é uma das formas sociais da agricultura familiar (WANDERLEY, 2006). Ela se baseia na relação entre família, trabalho e propriedade. De acordo com Mendras (1978, p. 14-5), são cinco traços que caracterizam a agricultura camponesa:

I – A autonomia relativa das coletividades camponesas frente a uma sociedade envolvente que as domina, mas tolera as suas originalidades; II – A importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica e da vida social da coletividade; III – Um sistema econômico de autarquia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente; IV – Uma coletividade local caracterizada por relações internas de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunvizinhas; V – A função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente.

Pode-se dizer que a agricultura camponesa provém a subsistência do grupo familiar. De acordo com Shanin (2005), a economia dos camponeses se baseia no trabalho familiar, na gestão e no controle dos próprios meios de produção, na economia de subsistência, entre outros. Para Wanderley (2006), os camponeses são conhecidos pela especificidade do seu sistema de produção e pela centralidade da constituição do patrimônio familiar. O camponês tem como referência o horizonte de suas gerações. Ou seja, todo o investimento em recursos materiais e de trabalho gasto na unidade de produção será transmitido à geração seguinte, garantindo assim, condições de sua sobrevivência. O campesinato tem uma cultura particular, fundada numa tradição, representada nas formas de regulação inspiradas no parentesco, nas heranças e formas de vida nos locais de moradia e convivência (WANDERLEY, 2006).

São diversas lutas travadas pelos camponeses para garantir a permanência no campo, uma vez que o próprio sistema capitalista estimula, contraditoriamente, a saída de grande parte da população rural para as cidades. Oliveira (2001) demonstra que, até o ano de 1970 a população rural cresceu em termos absolutos e posteriormente houve queda de crescimento. Para ele, os censos de 1996 e 2000 apontam que a população rural cresceu relativamente, ou seja, uma contradição à realidade. Esse crescimento pode ser explicado tanto nas áreas de fronteira agrícola, quanto em estados como São Paulo. Está na origem dos novos assentamentos rurais derivados da reforma agrária. Os camponeses brasileiros foram, a seu modo, se inserindo no campo. Os estabelecimentos agropecuários com mais de 100 ha diminuíram, não apenas pela crise na agricultura brasileira, mas, também, pelos processos de luta pela terra e pela divisão motivadas pelas heranças. A diminuição dos arrendatários, parceiros e posseiros se deu por conta do aumento das ações dos movimentos sociais em luta pela reforma agrária na década de 1990, que inibiu a cessão de terras para sistemas de parcerias (OLIVEIRA, 2001).



No Brasil os camponeses lutam para entrar na terra, ou seja, para se tornarem camponeses proprietários. Também, pela permanência, como produtores de alimentos. Através dos movimentos sociais os camponeses têm pressionado o governo pela democratização do acesso à terra para plantar. Quando se conquista a terra, também se conquista a identidade de camponês, que é, em síntese, a própria cidadania (OLIVEIRA, 2011).

Marcos (2007, p. 184) lembra que, apesar da conquista da terra, a permanência é muito difícil. Inúmeros são os problemas enfrentados pelos camponeses, que vão desde a “repetição de modelos tradicionais de prática agrícola à falta de orientação e assistência técnicas adequadas; da falta de créditos para a produção às dificuldades de comercialização”. A agroecologia se torna uma alternativa de enfrentamento das dificuldades da produção convencional, ao eliminar, por exemplo, a dependência da compra anual de sementes e insumos dos grandes conglomerados transnacionais (MARCOS, 2007).

A agroecologia pode ser entendida como uma inter-relação entre o enfoque social e ecológico. É uma ciência que busca integrar os saberes tradicionais com os conhecimentos científicos, permitindo a compreensão do modelo de agricultura praticada e a promoção de estratégias de desenvolvimento rural e de novos desenhos agrícolas mais sustentáveis (CAPORAL, 2009). Para Marcos (2007, p. 191) a agroecologia é:

... o resultado de um sistema de produção agrícola que busca manejar, de forma equilibrada, o solo e demais recursos naturais (água, plantas, animais, insetos etc.), conservando-os em longo prazo e mantendo a harmonia desses elementos entre si e com os seres humanos.

De acordo com Caporal (2009, p. 25), o sistema agroecológico exige uma transição, pois, a junção dos saberes populares com os conhecimentos científicos promove a “construção e a expansão de novos saberes socioambientais”. A agroecologia preconiza a substituição de insumos industriais, a eliminação do uso de agrotóxicos na fase produtiva, e a substituição de processos convencionais de manejo dos agroecossistemas. Essa forma de produzir é economicamente viável para as famílias camponesas, especialmente para aquelas dotadas de menos recursos para investir na terra.

É nesse contexto que se insere a questão norteadora deste trabalho: como a agroecologia contribuiu para permanência de uma família camponesa do assentamento 72, em Ladário/MS? O objetivo deste trabalho é descrever e discutir as dificuldades enfrentadas pelos camponeses de permanência no campo e a agroecologia como alternativa em um lote de assentamento rural na fronteira do Brasil com a Bolívia.



Metodologia

O estudo foi desenvolvido em outubro de 2018 e contou com acervo de informações sobre os entrevistados de 2011 a 2018. Esses dados foram disponibilizados pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica do Pantanal – NEAP, no Câmpus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Além destes dados, foram utilizadas fotografias do mesmo acervo.

A pesquisa realizada é do tipo estudo de caso, apoiando-se pesquisas bibliográfica e de levantamento. A entrevista com o casal Lurdinha e Luiz foi realizada no lote 37 do assentamento 72, no município de Ladário, no Oeste de Mato Grosso do Sul, na fronteira brasileira com a Bolívia e contou com apoio de um roteiro e de um gravador. Foram feitas questões que estimularam o casal a falar de sua trajetória de vida, das dificuldades enfrentadas no assentamento e dos seus cotidianos. Foram duas visitas in loco, no mês de outubro de 2018, que tiveram duração de cinco horas, no total.

Após as entrevistas foi realizada a sua tabulação e então os autores retornaram ao lote 37 para leitura e validação pelo casal. As informações consideradas mais delicadas foram excluídas ou o texto melhorado de modo a não provocar constrangimentos.

Resultados e discussões

O casal entrevistado se chama Lurdinéia Nery de Moraes (Lurdinha) e Luiz do Espírito Santo (Luiz). Cabe destacar que era um dos anseios do casal que sua história de resistência fosse contada para inspirar outros camponeses.

Lurdinha nasceu na cidade de Corumbá e, ainda, com poucos meses de vida, foi deixada pelos pais para ser criada por uma tia. Mesmo vivendo no centro da cidade ela não frequentou escolas, limitando-se aos afazeres domésticos. O tio era pecuarista, com fazenda no Pantanal e a tia ficava na cidade. Viveram um curto período em Campo Grande e, por causas não reveladas, perderam a fazenda e regressaram para viver no Centro de Corumbá.

Luiz é o decimo filho de uma família de doze irmãos. Nasceu no distrito de Nhecolândia, zona rural do município de Corumbá (às margens do rio Taquari) onde seus pais eram pequenos pecuaristas e viviam num sistema de comodato e, em razão de desavenças com o proprietário de uma fazenda vizinha a família, decidiram vender a propriedade. O sobrenome, Espírito Santo, veio para sua família por conta de uma promessa feita por seus pais, quando a mãe deu à luz ao seu primeiro filho e teve complicação no parto. Por morarem em área de difícil acesso, onde não haviam médicos, valeram-se da fé. Na iminência de perder a nora e o neto, a sogra



fez a promessa de, se ambos sobrevivessem, a criança se chamaria Divino do Espírito Santo. Como a criança nasceu forte e saudável, o pai resolveu trocar o sobrenome da família de Pinto de Araújo para Espírito Santo. A partir de então a família começou a celebrar a festa do divino espírito santo em todos os anos.

Aos quatorze anos, Luiz se muda com sua família para o município de Aquidauana. Compram uma propriedade e seguiram trabalhando com gado. Estabilizam-se, financeiramente, bem rápido, até que a família descobre que o patriarca da família e seu filho mais velho hipotecaram a propriedade em prol de novos investimentos no município de Coxim, no norte do estado de Mato Grosso do Sul. Com o fracasso da iniciativa, a hipoteca foi executada e a família perdeu a propriedade e teve que vender tudo que o que sobrou (equipamentos, maquinários). Decidiram ir para Campo Grande. Na capital do estado, sua mãe decidiu alugar um pensionato, e a família passou a trabalhar e sobreviver com a renda que o empreendimento lhes proporcionava, aliado a trabalhos temporários de seus membros. Luiz e seus irmãos começam a trabalhar no comércio local, para contribuir para o sustento da família. Com a chegada da festa do Divino Espírito Santo (31 de maio), a família resolve comemorar em Aquidauana. Luiz fica com os irmãos caçulas e seus pais na cidade, enquanto o restante da família regressa para a capital do estado. Quando estava próximo dos vinte anos, Luiz deixa a família para viver em Campo Grande. Aluga um quarto e começa a trabalhar vendendo na feira livre. Acordava cedo e ia para a Ceasa (Central de Abastecimento de Mato Grosso do Sul), comprava as verduras e vendia na feira. Tempos depois foi trabalhar numa fazenda no Pantanal, em Corumbá, onde trabalhou durante nove meses. Não contente, resolveu voltar para Campo Grande, determinado a trabalhar por conta própria, mas acabou convidado por uma de suas irmãs a vender pastel na feira. Trabalharam juntos por um ano, até que passou a trabalhar sozinho por quase três anos. Ele conta que o movimento caiu e o dinheiro começou a diminuir e, por isso, resolveu voltar a vender verduras na feira. Nesse ínterim, uma de suas irmãs foi para a cidade de Corumbá e o convidou para ir junto, mas não aceitou de imediato. Mais tarde, essa irmã ficou sabendo de um movimento pela terra nas proximidades e, mais uma vez insistiu para Luiz acompanhá-la. Convencido pela irmã, inteirou-se dos benefícios de “entrar no movimento” para ganhar um lote da reforma agrária. Assim, no mesmo dia de sua chegada em Corumbá, partiram (ele e a irmã) para onde estavam os acampados, numa área conhecida como Codrasa (atual APA da Baía Negra), no município vizinho de Ladário. Colocaram todas as coisas julgadas úteis numa bicicleta e foram empurrando pelos quase 10 km de distância. Após o cadastro receberam um kit contendo lona, colchão e sacolão para um mês.

O movimento era organizado pela FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Mato Grosso do Sul) e, até conseguir o lote, houveram muitas manifestações, ocupação e acampamento na sede do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Corumbá, ocupação da fazenda (com posterior reintegração de posse) onde foi estabelecido o assentamento 72. Após muitas lutas,



aconteceu o tão sonhado sorteio dos lotes. Ele conta que no início houveram muitas dificuldades, pois, os assentados não possuíam nada para comer. Por vezes tiveram que retirar seu alimento do lixo depositado próximo ao assentamento. Mesmo assim, ter seu próprio lote, sua própria terra representava um desejo concretizado, ser o patrão de si mesmo.

Para Oliveira (2001, p. 194), tanto os acampamentos quanto os assentamentos são formas de luta “pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto”. A posse da terra permite que os trabalhadores se reproduzam no seio do modo capitalista de produção. Os acampamentos são locais onde camponeses e outros personagens sem-terra formam uma aliança em prol do direito de ter uma terra para plantar. As greves “rurais na cidade para buscar conquistas sociais no campo são componentes ainda localizados no campo brasileiro, sinal inequívoco de que estes trabalhadores, apesar de tudo, ainda lutam”.

Os assentados receberam os recursos do Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procera). Em acordo com a página oficial do INCRA, os assentados recebem, inicialmente, o chamado crédito implantação que reúne três modalidades: Alimentação, Fomento (para compra de ferramentas, equipamentos, insumos agrícolas, tratores, animais e outros) e Habitação, cujos recursos devem ser devolvidos após emancipação dos lotes (INCRA, 2018).

Luiz afirma que seu recurso de fomento foi liberado para aquisição de bovinos, para algumas ferramentas, cavalo e carroça. Pelo relato dele foi possível entender que os animais não foram escolhidos pelos assentados e que o pagamento das parcelas teve que ser iniciado três anos após a aquisição. Conta que muitos não conseguiram pagar as parcelas e que teve muitas dificuldades em fazê-lo, precisando, para tanto, vender todo seu rebanho.

Luiz morava sozinho no lote do assentamento. Ele conta que não foi possível aplicar tudo o que tinha aprendido com sua família na criação de bovinos, pois, se tratava de outro contexto geográfico. Precisou se adaptar e teve muitas dificuldades. Aos finais de semana visitava o lote de sua irmã e, uma prima sempre estava lá e, por vezes, levava Lurdinha. Seus familiares locais incentivaram e logo se casaram e ela foi morar no lote.

O casal conta que viram muitos assentados desistirem e venderem suas terras, mesmo sem ter o título de propriedade. Tinham apenas Contrato de Concessão de Uso (CCU), que é emitido pelo INCRA e dá direito ao assentado morar e explorar a terra até a emissão do documento de posse definitivo. Para eles, os que ali permaneceram estavam sem esperança e muitos passavam fome. Isso perturbava Luiz que vira ocorrer muitas tentativas frustradas de ajuda via assistência técnica e de projetos institucionais, todos sem continuidade.



A venda de terras da reforma agrária, sem o título de propriedade é ilegal. Mas, existem no assentamento 72. Mitidiero Júnior (2011, p. 18) afirma que “o próprio governo federal e os movimentos sociais reconhecem essa prática intitulada de ‘repasso’, uma vez que a venda da terra é impossível realizar-se nos trâmites legais”.

A partir de ações da Pastoral da Terra entendeu que uma das possibilidades de busca de apoio seria pela obtenção de um CNPJ de pessoa jurídica, ou seja, que representasse uma coletividade. Foi aí que aproveitou a oportunidade para assumir o escritório local do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ladário. Por ocasião de um trabalho de campo de Geografia Rural, do curso de Geografia do Campus do Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, aproximou do professor responsável pela disciplina solicitando apoio para o desenvolvimento de projetos em prol do assentamento 72. Nos seus dizeres: “queria ajudar mais não sabia como, até que indicaram que procurasse um professor da universidade. Me apeguei a um fio de esperança e fui procura-lo. Alguns meses passaram e o professor voltou dizendo que tinha um projeto”. O projeto se intitulava “Alternativas para o desenvolvimento territorial rural do assentamento 72 em Ladário-MS, na região do Pantanal”, com apoio financeiro do CNPq. O casal relata que, marcada a primeira reunião (janeiro de 2011), só apareceram eles. Isso se repetiu em mais duas reuniões agendadas, com aumento de pouquíssimos participantes. Foi combinado que quando estivessem reunidas ao menos 15 famílias, Luiz comunicaria e o professor viria imediatamente. Vale destacar que o assentamento fica a 15 km da UFMS (20 a 30 minutos de carro).

Luiz percorreu todos os lotes com o convite elaborado junto com o professor e, assim, conseguiu reunir 17 famílias assentadas. Nesta reunião, o professor apresentou a ideia do projeto e ficou agendada uma próxima reunião para apresentar toda a equipe do projeto e para definir as famílias que participariam. Uma semana depois (abril de 2011) aconteceu a reunião com 35 famílias do assentamento. Para Luiz iniciou-se um novo ciclo na vida do assentamento 72. Nas suas palavras: “a esperança de uma vida melhor nasceu ali, a equipe fez uma enquete para saber o que os assentados gostariam de fazer, e ficou acertado que eles dariam início ao trabalho com hortaliças”. A partir daí iniciou-se cursos de capacitação pelos parceiros do projeto e, na visão do casal, foram de suma importância para possibilitar o crescimento de cada indivíduo.

A motivação de Luiz é o que se pode chamar de empoderamento camponês. De acordo com Baquero (2012, p. 176) o empoderamento tem duas dimensões: uma política e outra educativa e, pode ser tanto individual quanto coletivo. No nível individual, como é este caso, trata-se do “conhecimento e controle sobre forças pessoais, para agir na direção de melhoria de sua situação de vida”.



Até a chegada do projeto, Luiz e Lurdinha viviam da criação de gado bovino para leite. Na época das chuvas de (novembro a março), quando tinham pastagens disponíveis, conseguiam viver a renda do leite. Na época da estiagem (abril a outubro) a situação econômica era bem difícil. O gado sofria muito com a sede e com a falta de pastagem. Luiz conta que revezava a pastagem no lote de sua irmã, nas proximidades da área de Reserva Legal, no mesmo assentamento. Mais tarde, tiveram que vender os animais para a quitação das parcelas do empréstimo.

Quando a agroecologia lhes foi apresentada, Lurdinha e Luiz não tinham noção do que se tratava. Quando começaram as explicações e as práticas, Luiz percebeu que na propriedade onde ele nasceu, mesmo sem saber, trabalhavam daquela forma. Nas suas palavras: “era mais por conta da distância. Tudo era difícil chegar. Então a gente plantava algumas verduras para auxiliar no sustento da família. As pragas eram combatidas com o que tinha à disposição: cinza, urina de vaca, entre outros”. Como não havia plantação no lote, criar uma horta era a oportunidade de ter uma renda e com isso uma vida melhor, a esperança do casal só aumentava, era algo novo para o município e uma grande oportunidade para o assentamento.

Com o projeto de pesquisa foram instalados, a partir da escolha participativa, duas hortas modelos que funcionaram como local de aprendizagem coletiva. Também, quatro poços artesianos, um deles no lote da família. Com isso, a paisagem do assentamento começou a mudar. Luiz conta que “muitos moradores da cidade chamavam a gente de desocupados... um monte de preguiçosos que não produzia nada”. A produção de hortaliças foi a oportunidade para demonstrar que eram capazes de produzir alimentos de qualidade. Isso começou a elevar a autoestima dos camponeses.

Lurdinha e Luiz começaram a trabalhar com hortas um pouco depois dos demais, pois o esposo estava envolvido com a presidência do sindicato. Depois da insistência dos pesquisadores e incentivo de alguns beneficiários do projeto, começaram a trabalhar com a terra. As sementes, telas e sombrites foram compradas com recursos do projeto para servir de vitrine para visitação. O sucesso da produção ajudou a elevar a autoestima camponesa (Figura 1).

No lote 37, o dia começa bem cedo. Em dias de feira, Luiz acorda às 4:30 horas da manhã, faz o café e vai colher o que será vendido. Enquanto isso, Lurdinha, toma o café e vai molhar a horta, ou ajuda o esposo na colheita. Luiz argumenta: “quando o carro está funcionando, vamos juntos para a feira vender. Quando o carro está quebrado, eu vou de carona com um vizinho e ela fica tomando conta do lote”. A venda nas feiras é algo que traz muita alegria ao casal. Preferem as feiras agroecológicas e culturais, que acontecem todas as terças-feiras, quintas-feiras e sextas-feiras, onde são reconhecidos como agricultores em transição agroecológica.



Figura 1. Horta do casal, lote 37, assentamento 72, Ladário/MS.
Fonte: Acervo NEAP, 2017.

A opção pelos circuitos curtos de comercialização – as feiras, no caso – é influenciada pelos membros do NEAP, que fazem orientação da produção e da venda. O casal vende o que consegue produzir em conformidade com a época do ano. Em 2017 venderam abóboras e maxixe para a merenda escolar (PNAE), além de quiabo, alface, couve, melancia, tomate, cebolinha, salsa, mamão, mandioca e noni, nas feiras agroecológicas.

Eles afirmam que a agroecologia mudou suas vidas e desejam adquirir a certificação de agricultores orgânicos. Porém, acham bem difícil organizar a documentação necessária. O sistema de produção em bases agroecológicas corresponde a todas as expectativas. Lurdinha diz que “poder consumir e vender alimentos de boa qualidade é muito bom”. A grande dificuldade encontrada no assentamento é a resistência dos assentados trabalhar em equipe. A desconfiança impera entre as famílias camponesas. Luiz acredita que, por esse motivo, ainda não foi possível criar uma cooperativa no assentamento. O casal sonha em continuar trabalhando no seu lote e vender nas feiras, que é algo que gostam muito.

Conclusões

A partir da história de vida de uma família se pode generalizar, guardadas as devidas proporções, as dificuldades de permanência no campo dos assentados da Reforma Agrária e concluir que:

- os camponeses recém-assentados enfrentam dificuldades de diversas ordens: assistência técnica, autonomia de produção, adaptação ao meio e às culturas possíveis no lugar, comercialização, dentre outras;



- o protagonismo individual camponês pode mudar a condição de escassez de produção num assentamento rural;
- a agroecologia pode ser uma alternativa para permanência no campo.

Agradecimentos

Apoio financeiro da parceria interministerial MCTI/MAPA/SEAD/MEC/CNPq concedido pelo CNPq através do Processo 402737/2017-2.

Referências bibliográficas

BAQUERO, R. V. A. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, 2012.

CAPORAL, F. R. Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. (org.). Brasília: 2009. p. 9-64.

INCRA. **Assentamentos**. Brasília. Acesso em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>> Acesso em 14 out 2018.

MARCOS, V. Agroecologia e campesinato: uma nova lógica para a agricultura do futuro. **Agrária**, São Paulo, n. 7, p. 182-210, 2007.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. Reforma agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais. **Agrária**, São Paulo, n. 14, p. 4-22, 2011.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos avançados**, v. 15, n. 43, p.185-206, 2001.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações—o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, n. 7, p. 1-21, 2005.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In. XX Encontro Anual da ANPOCS. **Anais...** Caxambu, MG, 1996.